

O ISLÃ E A FORMAÇÃO DA EUROPA DE 570 A 1215

God's crucible: Islam and the making of Europe, 570-1215

Daniel Augusto Arpelau Orta*

LEWIS, David Levering. *O Islã e a formação da Europa de 570 a 1215*. Tradução de Ana Ban. Barueri: Amarilys, 2010. 484 p.

Ainda que tenha tido contato com o mundo muçulmano desde 1982, quando esteve no Sudão antes do golpe de fundamentalistas islâmicos, o historiador norte-americano David Lewis reconhece em seu prefácio que o interesse pela escrita do livro cresceu após os eventos de 11 de setembro de 2001. Publicado em 2008 nos Estados Unidos, o livro foi fruto também de cursos oferecidos em diversas universidades daquele país e bolsa de estudo, resultando num esforço bastante concentrado de estudo comparativo e sincronizado com as sociedades envolvidas no período selecionado, que ora estiveram próximas, ora distantes. O recorte espacial analisado é bastante amplo, cobrindo boa parte das penínsulas ibérica, itálica e arábica, além do norte da África, Europa continental, Ásia Menor e Oriente Médio. A obra traz alguns mapas que ajudam a compreender momentos de conflitos e principalmente áreas de domínio. Um glossário com termos mais específicos encontra-se no fim da obra, assim como bibliografia, imagens e genealogia.

David Lewis centra o primeiro capítulo no que chamou de “superpotências”, isto é, o confronto entre os impérios Romano e Sassânida, ao invés de iniciar seu estudo apenas no século VI, com o nascimento de Maomé. Neste sentido, afirma: “Não é possível observar a ascensão islâmica ao poder sem traçar o fim inexorável destas duas superpotências.” (p. 2). Desta forma, além de observar os fatores internos, como divisões políticas e desgaste de ambos os blocos, bem como anseios expansionistas, invasões e guerras de várias frentes, o historiador sugere que tal configuração, associada

* Doutorando em História, Universidade Federal do Paraná.

ao tamanho e à crise dos blocos greco-latino e sassânida, favoreceu a rápida expansão muçulmana após a morte do profeta, em 632.

No segundo capítulo, que trata da trajetória de Maomé, o autor procura evidenciar as condições sociais e políticas da Península Arábica, com o apoio que recebeu em Medina, culminando com a conquista de Meca em 630, assim como o casamento com Cadija, que o projetou no cenário das caravanas comerciais. Interessante observar a interpretação que faz do Corão, compilado posteriormente pelo segundo sogro de Maomé e finalizado em torno de 652. Segundo Lewis, “mais do que construir a segurança de sua clareza e de seu rigor, o bálsamo particular da mensagem de Maomé foi o fato de ela tirar os árabes de um complexo de inferioridade ancestral.” (p. 57).

Após descrever a sucessão rápida de conquistas até o século VII, com resistência apenas dos berberes e em Bizâncio, muito devido aos fatores anteriormente apresentados, isto é, inimigos fragilizados e crença e entusiasmo revigorados pela mensagem do profeta, o autor, no quarto capítulo, aborda aquilo que se tornou na sua análise o parâmetro de comparação: a capacidade de governabilidade e interação entre os povos “conquistados”. A estes, a expansão foi possível com a cobrança de impostos e certa liberdade religiosa, na chamada *convivência* da Península Ibérica: uma política de generosidade e aliança a quem se rendesse e condicionada a uma postura belicosa em relação aos resistentes. Entende assim o termo: “Um estado de tolerância e mutualidade histórica em que muçulmanos, cristãos e judeus gozaram por muito tempo de coexistência civilizada (esse adjetivo é o mais adequado, já que talvez não tenha sido exatamente a simbiose tão frequentemente romantizada pelos analistas do futuro), que poderia ter servido de coexistência para o continente.” (p. 216). Quando motivações de ordem interna surgiam, envolvendo disputas familiares e abusos de autoridades, a condição de superioridade muçulmana estaria em xeque. Vale-se dos casos dos berberes no norte da África (que eram inferiorizados frente aos “árabes”), questões étnicas e, evidentemente, políticas. Assim, a dinâmica por vários séculos e locais foi localizada na interpretação de David Lewis, tendo como parâmetro a interação tanto interna como externa, havendo certa predisposição expansionista e condescendêncial, bem como o aproveitamento administrativo nas regiões dominadas, relacionado à condição militar e ao efetivo inferior.

Como uma das preocupações do autor é pela relação do Islã com a Europa, procura nos capítulos sexto e décimo terceiro analisar acordos e

ajudas onde “fica evidente que a lógica da criação da Europa como cultura e unidade política coerente está relacionada ao início da coordenação e colaboração entre o episcopado de Roma e o regime dos francos católicos.” (p. 146). Com tal configuração se instalando, o novo choque de “superpotências” era iminente, onde os muçulmanos já se posicionavam na Península Ibérica desde 711. Considera, por exemplo, a ajuda mútua entre Igreja e poder régio como fórmula de ambos sobreviverem no período final de invasões germânicas, isto é, “na realidade, o rei dos francos e o papa tinham viabilizado historicamente um ao outro, [...] Por um lado, o domínio dos bispos de Roma sobre suas propriedades era garantido pela supremacia militar pepinídea e carolíngia; por outro, o papado colocava o selo da legitimação divina em uma dinastia em formação, destinada à hegemonia continental.” (p. 317). Desta forma, assim como buscou estabelecer seus argumentos sobre os impérios romano e sassânida, apresenta ao leitor elementos que permitem posteriormente contextualizar os conflitos entre as “superpotências” cristã e muçulmana como blocos antagônicos e construídos a partir de desentendimentos.

Dedica-se, neste sentido, a uma interpretação da *Chanson de Roland*, obra escrita séculos depois, mas sobre o fracasso da expedição de Carlos Magno em 778 no norte da Ibéria. Segundo Lewis, nela se encontram elementos do futuro nacionalismo francês, do mito de formação dos cristãos medievais “encarregados de perseguir e destruir o anticristo muçulmano e construir a nova Jerusalém com a espada e a cruz, nesta ordem.” (p. 270). Também bastante original foi a abordagem sobre o que chamou “mito de Poitiers”, não pela inexistência de conflito, mas pela revisão da historiografia e ideologia posterior ao combate em si. Segundo o autor, o peso maior foi atribuído aos “vencedores”, sendo que, “longe de colocar fim às incursões islâmicas, a batalha de Poitiers as acelerou.” (p. 186). Envolvidos bélicos naquele contexto, principalmente pelos “europenses” (a expressão foi definida por Isidoro Pacense), não foram oriundos tanto por crenças religiosas como por busca de honra pessoal e terras. Na opinião de Lewis, “Las Navas de Tolosa [travada em 1212] foi a primeira guerra travada por cristãos e muçulmanos exclusivamente como cristãos e muçulmanos – uma guerra entre civilizações.” (p. 399). Ou seja, a partir de visões antagônicas construídas ao longo do tempo, resultando em hostilidades assumidas sob os caracteres da fé.

Assim, muito do que entendemos hoje como bloco cultural estava ainda muito fragmentado em disputas pontuais, ou, no caso carolíngio, “aquele era um império talhado a espada, era muito mais uma liga de extorsionários do que uma ordem política e social unida por leis uniformes e servos competentes da coroa.” (p. 307).

Tendo um bom domínio da análise comparativa, o autor consegue trabalhar com hipóteses e explicações que não permitem ao leitor ficar desatento aos eventos já descritos. A tábuia cronológica no inicio do livro ajuda na localização temporal de eventos mais destacados, principalmente porque no corpo dos capítulos o autor trabalha com contextos distintos, mas que tiveram conexão em curta duração. Desta forma, algumas explicações são possíveis apenas com o entendimento de situações contextuais muito próximas e de forma relacional. A vantagem da análise comparativa é a capacidade de integrar contextos que às vezes não são tratados em outras obras do gênero, principalmente por estas focarem apenas ou aspectos muito fechados ou restritos ao universo cristão europeu. Neste sentido, o livro contribui para o debate historiográfico, dando uma visão associativa.

Apesar de a obra ser bastante descritiva e com foco basicamente em assuntos políticos, o que pode ser considerado um ponto negativo por parte da historiografia atualmente, a quantidade de informações está diretamente relacionada com a explicação do argumento central: a contribuição direta e indireta do Islã na formação da Europa católica. Em alguns trechos, observa-se a expressão “Idade das Trevas”, o que pode significar a tradução de “Idade Média” em inglês, mas também a conotação excessivamente negativa do período, como uma vasta historiografia já reviu o conceito. Entendeu-se que tal caracterização se referiu ao segundo quesito, isto é, ao período de hostilidades, principalmente em uma não compreensão do complexo cultural e político que o Islã trazia, como quando da *Renovatio Romani Imperii* de Carlos Magno: “a nova ordem carolíngia, portanto, era intolerante do ponto de vista religioso, empobrecida no aspecto intelectual, calcificada no âmbito social e primitiva em sua economia. Avaliada por estes mesmos vetores da religião, cultura, classe e prosperidade, a Ibéria muçulmana de ‘Abd al Rahman estava pelo menos quatro séculos mais avançada do que a cristandade ocidental em 800 EC.” (p. 303). Cita, como exemplo, a organização urbana de Córdoba e Toledo, a arquitetura e a escola de tradutores e comentadores de autores clássicos, e a relação dos muçulmanos com a língua árabe.

Enfatiza, em algumas situações, que contextos semelhantes aos apresentados pelos muçulmanos foram seguidos pelos cristãos posteriormente, com os devidos filtros, como os ensinamentos da filosofia, como que “criando uma base de conhecimento que forneceria a fundação para o Renascimento da cristandade, que certamente um dia viria” (p. 389). Comparando, portanto, e entendendo que a tal incompreensão caberia a nomeação de “trevas”, haveria ainda uma “Idade Média”, com alguns elementos de influência árabe, como trata no último capítulo da obra. Volta-se, entretanto, ao tema da transição de períodos, sendo estes descaracterizados como “trevas” na linguagem de Lewis. Do lado muçulmano, também, vale-se do caso de al-Mansur, que agia de forma ríspida e distinta da aclamada *convivência*, pois “não era surpresa nenhuma o fato de os condes e reis da região [norte da Ibéria] terem começado a reagir coletivamente até certo ponto” (p. 359-360).

Como tentou apresentar ao longo do livro, o que podemos entender de complexo “social e religioso”, ou a expressão árabe *ummah*, em vários momentos sofreu com personagens que agiam muito mais interessados em questões particulares e de poder, o que se transformou nos governos das *ta’ifas*, por exemplo. Apesar de focar em questões políticas, personalidade de governantes e várias guerras, entende-se que o autor procurou, com os pontos considerados negativos e positivos, apresentar que o Islã não tinha, desde sua origem, prerrogativas fundadas em hostilidades. Estas, quando ocorreram, foram vistas mais como fruto de exageros de seus executores. Voltando para o prefácio, podem-se encontrar alguns indícios que explicam a orientação na análise do período, vendo o autor com tom pesaroso a guinada da *convivência*: “os contornos principais dessa história traçam a ascensão, durante séculos a partir de então, da ignorância tranquilizadora para ambas as partes e o vício em guerra como substituto das complexidades da coexistência.” (p. xxiv) Se a História como estudo tem uma função de refletir sobre como a sociedade age a favor e contra a si mesma ao longo do tempo, David Lewis procurou evidenciar isto no contexto analisado em seu livro.

Recebido em fevereiro de 2011.
Aceito em julho de 2011.